



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 22/06/2021

ORDEM DO DIA

ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Repúdio aos atos de violência praticados pela polícia contra indígenas no estacionamento do Anexo II da Câmara dos Deputados. Congratulações à Polícia Legislativa pela postura adotada no confronto entre policiais e indígenas. Retirada de direitos dos povos originários pelo Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Apelo ao Presidente Arthur Lira de suspensão da tramitação da propositura na Câmara dos Deputados.

BOHN GASS (PT - RS) - Pedido à Presidência de decretação de luto ao longo da semana em respeito às vítimas da Covid-19. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro por milhares de óbitos decorrentes da doença viral. Protesto contra a votação e aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Contrariedade à votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Retirada de direitos dos povos originários, notadamente quanto à demarcação de suas terras, no caso de aprovação da propositura. Apelo ao Presidente Arthur Lira de suspensão da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados. Retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Pedido ao Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, de concessão de audiência ao orador para esclarecimento da repressão praticada pela Polícia Militar contra indígenas nas imediações da Casa.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Alcance pelo País da marca de 500 mil mortes em decorrência da Covid-19. Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Solidariedade a indígenas, policiais legislativos e Parlamentares diante de atos de violência praticados pela Polícia Militar no confronto ocorrido nas imediações da Câmara dos Deputados. Assassinato de lideranças indígenas no País. Defesa de retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 490, de 2007.



PEDRO WESTPHALEN (PP - RS) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Discussão do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Redução dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Saúde. Relevância do Sistema Único de Saúde - SUS. Defesa de tributação de grandes fortunas, lucros e dividendos.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Defesa de inclusão, na agenda prioritária da Casa, de matérias destinadas ao combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Discussão do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

JORGE SOLLA (PT - BA) - Discussão do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Protesto contra a redução de recursos orçamentários da saúde.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Discussão do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde -



SUS. Repúdio aos ataques da Oposição e da chamada imprensa marrom ao Presidente Jair Bolsonaro.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Responsabilidade do Presidente da República pela tragédia causada pela Covid-19 no País. Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Repúdio às declarações de cunho racista do Presidente Arthur Lira, a respeito dos atos de violência praticados pela Polícia Militar contra indígenas nas imediações da Câmara dos Deputados.

JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela falta de vacinas no País. Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.



JORGE SOLLA (PT - BA) - Esclarecimento ao Plenário sobre o teor de requerimento apresentado pelo PSOL ao Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Respeito do Presidente Jair Bolsonaro ao povo brasileiro. Inexistência de casos de corrupção no âmbito do Governo Federal.

RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

JORGE SOLLA (PT - BA) - Esclarecimento ao Plenário sobre o teor de requerimento de preferência apresentado pelo PSOL ao Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

ANTONIO BRITO (PSD - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas,



contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

AROLDO MARTINS (REPUBLICANOS - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

DANILO CABRAL (PSB - PE) - Incorporação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e de outras entidades congêneres no texto do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, referente à alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Alcance da marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de



2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Presença, na Casa, do ex-Deputado Estadual de Goiás, Jean Carlo.

BOCA ABERTA (PROS - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Pedido ao Prefeito Municipal de Londrina de instalação de pontos de embarque e desembarque para o transporte de passageiros por aplicativo.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Pedido ao Ministério da Saúde de criação de comissão para atendimento aos sequelados da Covid-19.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Esclarecimento aos Líderes partidários sobre o teor do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

PEDRO WESTPHALEN (PP - RS) - Informação ao Plenário sobre as entidades incluídas no texto do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção



das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

ORLANDO SILVA (PCDOB - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Pedido à Presidenta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputada Bia Kicis, de retirada da pauta do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio.

CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Agressão de policiais a indígenas durante manifestação contra a votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Pedido à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania de retirada da proposição de pauta.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas,



contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Responsabilidade do Presidente da República pela maioria das mortes provocadas pela doença viral.

DANILO FORTE (PSDB - CE) - Homenagem póstuma ao radialista e apresentador de TV Augusto Borges, do Estado do Ceará.

JORGE SOLLA (PT - BA) - Defesa da inclusão de entidades filantrópicas, das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e de outras instituições congêneres no texto do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

ANTONIO BRITO (PSD - BA) - Congratulações à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) - Congratulação à Senadora Mara Gabrilli pela apresentação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ) - Congratulações à Senadora Mara Gabrilli e Deputados pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.



MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Alcance pelo País da nefasta marca de meio milhão de mortes provocadas pela Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela tragédia decorrente do coronavírus. Defesa de abertura de processo de *impeachment* contra o Presidente da República.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Homenagem simbólica prestada pelos partidos opositores à memória dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Associação entre a recusa do Presidente da República à aquisição tempestiva de vacinas, e a maioria das mortes decorrentes da doença viral. Acerto da instauração da CPI da Covid pelo Senado Federal. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Alcance da marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Insensibilidade e falta de sentimento humanitário do Presidente da República, diante da dor e sofrimento por que passa a família brasileira. Defesa do seu afastamento do comando do País.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Registro de 500 mil óbitos no País provocados pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Falecimento da Vice-Coordenadora da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, Rosimeris Cavalcante Barbosa, em decorrência do coronavírus. Repressão da Polícia Militar aos indígenas contrários à votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Desrespeito aos povos originários no País.

BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Imediata votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.215, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 9.074, de 1995, com vista ao estabelecimento do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, apensado ao Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, a respeito da produção e distribuição de energia renovável. Possibilidade da ocorrência de crise energética no País. Queda do nível dos reservatórios brasileiros. Reajuste de tarifas de energia elétrica em 20%. Vantagens advindas da realização de investimentos em fontes de energias renováveis, notadamente na energia solar.



LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Contestação às declarações do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, a respeito da manifestação dos partidos opositores ao ensejo do registro de 500 mil óbitos no País decorrentes da Covid-19. Luta da Oposição pela aprovação de matérias destinadas à retomada do crescimento socioeconômico brasileiro, e ao amparo do povo brasileiro contra os efeitos da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e à morte de milhares de brasileiros provocada pelo coronavírus. Ocupação pelo Brasil no 8º lugar no *ranking* fúnebre da Covid-19 no contexto mundial. Escalada do desemprego, da fome e da miséria no País. Reajuste nos preços dos componentes da cesta básica, dos combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Necessidade de criação, pelos partidos políticos, de grande frente nacional para interrupção do processo de descontrole da epidemia de coronavírus e da economia brasileira. Insistência do PSB na abertura de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Pedido ao Vice-Presidente da Casa, Deputado Marcelo Ramos, de apoio ao Projeto de Lei nº 1.816, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 1.079, de 1950, relativa à definição dos crimes de responsabilidade e regulação do respectivo processo de julgamento, com vista à possibilidade de deliberação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, sobre o recebimento de denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República.

JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Pedido à Casa de apoio ao Projeto de Lei nº 1.509, de 2021, acerca da anistia de tributos federais mediante a doação de instalações e equipamentos destinados ao combate à Covid-19. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Impacto da propositura na redução da dívida pública brasileira e no controle dos índices inflacionários. Realização das reformas tributária e administrativa.

JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.



HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19 no País. Discussão do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Redirecionamento da política econômica brasileira.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Discussão do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Defesa da realização de reforma bancária. Realização, pelos partidos opositores, de ato simbólico na Câmara dos Deputados ao ensejo do registro de 500 mil mortes provocadas pela Covid-19 no Brasil. Negligência do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra o coronavírus. Defesa do afastamento do Presidente da República.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Domínio do capital rentista no Brasil. Discussão do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Protesto contra a atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro, pela Oposição, da responsabilidade pelo elevado índice de desemprego vigente no País.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.

JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.



JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Realização da reforma administrativa.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Apresentação pelo orador do Projeto de Lei nº 1.816, de 2021, referente à alteração da Lei nº 1.079, de 1950, relativa à definição dos crimes de responsabilidade e regulação do respectivo processo de julgamento, com vista à possibilidade de deliberação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, sobre o recebimento de denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Manifestação de solidariedade e respeito aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19 no País. Insensibilidade e negligência do Presidente Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Posicionamento do PDT contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Repúdio aos atos de violência praticados pela polícia contra manifestantes indígenas nas cercanias da Câmara dos Deputados.



LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 147, de 2019, referente à alteração da Lei Complementar nº 123, de 2006, (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), com vista à mudança da composição e do funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional; à ampliação do âmbito de aplicação de seu regime tributário; e à alteração da Lei nº 10.406, de 2002, (Código Civil), para redefinição do figura do empresário.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.816, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 1.079, de 1950, com vista à possibilidade de deliberação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, sobre o recebimento de denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República.

ENIO VERRI (PT - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.234, de 2019, acerca do registro da transmissão direta, mediante ato oneroso, de bens imóveis vinculados à exploração de serviço de energia elétrica entre delegatárias.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.234, de 2019, acerca do registro da transmissão direta, mediante ato oneroso, de bens imóveis vinculados à exploração do serviço de energia elétrica entre delegatárias. Associação ao ato de solidariedade e respeito aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Gravidade da crise econômica brasileira. Quadro de fome, desemprego e degradação ambiental reinante no Brasil. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de *impeachment* contra o Presidente da República.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.234, de 2019, acerca do registro da transmissão direta, mediante ato oneroso, de bens imóveis vinculados à exploração do serviço de energia elétrica entre delegatárias. Pedido aos Deputados de assinatura do requerimento de apreciação em regime de urgência de projeto de lei sobre a alteração do rito de processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados.



ELIAS VAZ (PSB - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.234, de 2019, acerca do registro da transmissão direta, mediante ato oneroso, de bens imóveis vinculados à exploração do serviço de energia elétrica entre delegatárias. Realização da reforma tributária.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.234, de 2019, acerca do registro da transmissão direta, mediante ato oneroso, de bens imóveis vinculados à exploração do serviço de energia elétrica entre delegatárias. Necessidade de esclarecimento ao Congresso Nacional, pelo Governo Jair Bolsonaro, a respeito do racionamento de energia elétrica no País.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária.

DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária. Lançamento do Plano Safra 2021/2022.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária.

ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária.



ELIAS VAZ (PSB - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária. Questionamento sobre a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, relativo à produção e distribuição de energia renovável, notadamente da energia solar fotovoltaica.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Contrariedade à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária.

MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Defesa de ampliação do debate em torno do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com



vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Apoio ao Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à exigência da aplicação do exame criminológico, como condição para a progressão ao regime aberto e a concessão do benefício da saída temporária. Apresentação pelo orador do Projeto de Lei nº 360, de 2021, relativo à alteração da Lei de Execução Penal para exclusão da possibilidade de concessão de saída temporária.

EUCLYDES PETTERSEN (PSC - MG) - Imediata sanção do Projeto de Lei Complementar nº 148, de 2017, a respeito da inclusão dos Municípios do Vale do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais, e de Municípios do Estado do Espírito Santo na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa. Caráter demagógico do ato simbólico promovido pela Oposição no plenário, ao ensejo do registro da marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Inadmissibilidade de atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela tragédia causada pelo coronavírus no Brasil.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.



ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.

CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa. Defesa de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 9.617, de 2018, sobre a instituição da gestão compartilhada, para acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por



irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa. Fortalecimento das leis de combate à criminalidade e à corrupção. Oportunidade de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, relativa à alteração dos arts. 102 e 105 da Constituição Federal, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância).

VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.

ENRICO MISASI (PV - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.



AÉCIO NEVES (PSDB - MG) - Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA) - Relevância dos trabalhos realizados pelo Parlamento brasileiro, notadamente no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa votação do Projeto de Lei nº 2.588, de 2019, sobre a instituição da política nacional de redução dos preços do gás liquefeito de petróleo para consumidores de baixa renda; e do Projeto de Lei nº 3.058, de 2019, referente à alteração da Lei nº 13.260, de 2001, relativa ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, para criação de novas regras de proteção aos beneficiários. Necessidade de ampliação do valor do auxílio emergencial e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Repúdio aos atos de violência praticados pela polícia contra indígenas nas cercanias da Câmara dos Deputados. Excelência da gestão do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa. Congratulações à Presidência pela condução dos trabalhos da Casa. Saudações aos pastores, diáconos, presbíteros e demais membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Importância do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública. Posicionamento do Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, favorável à quebra de patente de vacinas contra a Covid-19. Indícios de superfaturamento na compra da vacina indiana Covaxin pelo Governo Federal.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde



pública. Posicionamento do orador favorável à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Apoio do PSB à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e o registro de meio milhão de mortes no País decorrentes do coronavírus. Orientação de bancada na votação requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Orientação de bancada na votação requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Apoio do PDT à aprovação do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Apoio do Podemos ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações



relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública. Luta do ex-Ministro da Saúde José Serra pela quebra de patentes de imunizantes.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Apoio ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Apoio ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

DA VITORIA (CIDADANIA - ES) - Protesto contra o atraso na duplicação da BR-101 pela concessionária Eco101, no Estado do Espírito Santo.

ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ) - Homenagem póstuma ao Presidente da Câmara Municipal de Barra do Piraí, Vereador Luiz Roberto Coutinho, o Tostão.

BOCA ABERTA (PROS - PR) - Protesto contra a determinação do Prefeito Marcelo Belinati, de instalação de novos radares no Município de Londrina, Estado do Paraná.

ENCERRAMENTO